

TODA A EDUCAÇÃO DEVE [RIA] SER PARA A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DEMOCRÁTICA¹

Florita Cuhanga António Telo²

RESUMO

O texto aborda a relevância da noção de educação vinculada à emancipação e ao desenvolvimento de uma consciência cidadã. A organização do currículo escolar, pautado nesses valores, deve-se ao fato de que as sociedades contemporâneas foram construídas a partir de uma profunda desigualdade e segregação social e cultural. Tal constatação, exige uma ação consciente do Estado e dos governos, assim como da sociedade civil, comprometidos com a superação dessa dívida social, no sentido de empregar força a serviço de uma escolar efetivamente cidadã.

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Cidadania

INTRODUÇÃO

A noção de educação, conforme Adorno (Apud WERLANG, 2007, p. 22), está estritamente vinculada ao conceito de formação emancipatória, pois, quando tal acontece na integralidade, mina os processos que possam conduzir à barbárie. Outrossim, uma formação integral não pode se restringir à formação profissional, mas necessita incluir a formação para a cidadania.

O conceito de educação, no contexto angolano, está fortemente relacionado com as bases históricas que, ao longo dos tempos, foram sendo sedimentadas quer seja pelo que se ensinava nas escolas, como por aquilo que Bowles e Gintis (1976) chamaram de currículo oculto.

É da compreensão do real, que se deve ou se pode propor transformações do real, daí termos vindo a estabelecer conexão entre a história dos direitos em Angola e a realidade atual, tendo em vista a mudança, não só de leis, caso se mostre necessário, mas principalmente de mentalidades.

A educação, no período colonial, foi idealizada para atender determinados fins que se traduziam, entre outros, em disciplinar o *espírito rebelde e animalesco* dos “indígenas”, isto é, criar mentes conformistas, inculcar a cultura de medo e tornar aqueles meros seres

¹ Este texto faz parte da pesquisa de mestrado em Direitos Humanos intitulada: *Angola – a trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos*. UFPB. E-mail: teloflora@sapo.ao

² Graduada em Direito pela Universidade Agostinho Neto/angola e Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba.

em seres humanos, a partir da negação total de seus usos e costumes. Nisto consistia a educação.

Emancipação, neste contexto, significava ascender à categoria de assimilado, ou seja, saber ler e escrever em português e adquirir todos os hábitos do colonizador, deixando de parte os seus. Este era o cidadão ou cidadã dito/a civilizado/a.

Santos (2007, p.19) afirma haver hoje uma crise ao nível das ciências sociais hegemônicas, justamente porque estão constituídas pela modernidade ocidental, que deixou de fora as sociedades coloniais, nas quais a tensão foi substituída pela 'alternativa' entre a violência da correção e a violência da assimilação.

O próprio conceito de emancipação, desenvolvido a partir da visão eurocêntrica, deixa de fora inúmeras realidades e experiências que, por partirem de perspectivas diferenciadas, tornaram-se residuais, alternativas.

Quem detém o poder político é quem define o Direito e a justiça, define a política criminal e a política educacional. Por isso se tem afirmado que “as questões principais de educação não são pedagógicas, mas sim políticas”.

É a classe política, *stricto sensu*, que, em princípio, define a grade curricular, dando mais ou menos prestígio a algumas disciplinas em detrimento de outras, maior carga horária a umas do que a outras, define o sistema de avaliação, rigoroso e existente para determinadas disciplinas e flexível ou inexistente para outras, sempre na lógica dos interesses das classes detentoras do poder.

Por isso, consideramos a educação uma faca de dois gumes, pois tanto pode *libertar* como *prender*. Nesse contexto, é fundamental o desenvolvimento da capacidade crítica dos formadores, no sentido de, ao ensinarem os alunos, poderem despertar neles questões desta natureza, ou seja, daquilo que poderá estar por de trás de um currículo, por exemplo.

Os currículos não são neutros, por isso devem ser discutidos levando em consideração tais aspectos, bem como sua relação com a ideologia e a cultura. Conforme dito, os currículos têm uma forte dimensão política.

A propósito da educação emancipatória, já diversos autores se debruçaram sobre ela com denominações diversas, sobretudo educação para o inconformismo, educação para a dúvida, educação para a emancipação etc.

A despeito das inúmeras discriminações todos convergem no sentido de que a função essencial da educação é a formação da consciência crítica, a leitura histórica da realidade, a criação de subjetividades rebeldes, o desenvolvimento de capacidades

humanas de criticidade e busca de autonomia e liberdade, enfim, de uso público da razão por meio do esclarecimento. Santos fala em educação para o inconformismo ou educação transformadora (2007); Freire em educação libertadora (1967); Adorno em educação para emancipação (1995), e Gadotti coloca a dúvida no centro de sua proposta de pedagogia do conflito a partir de uma filosofia crítica da educação (2008).

A educação, enquanto um dos processos de formação de identidades, deve ter em vista a autonomia intelectual e social de indivíduos e coletividades, envolvidos no processo educativo, conforme Santos (2007 p. 117), partindo da forma como incorporamos os saberes formais e quotidianos, os valores e crenças com os quais entramos em contacto. É através dessa apreensão que definimos as possibilidades de ação no mundo.

Segundo Adorno (Apud WERLANG, 2005), a educação apresenta-se como necessidade para barrar os processos semi-culturais, por conseguinte, o desenvolvimento e reaparecimento de toda a expressão de barbárie. Por isso, o “[...] conceito de educação está estritamente vinculado à compreensão da formação cultural, ao conceito de esclarecimento e de emancipação [...]” (ADORNO apud WERLANG, 2005, p. 18).

É justamente deste conceito de educação que surge a afirmação de que educação deve ser para a emancipação, não uma emancipação nos moldes definidos pela ciência hegemônica ou ocidental, mas sim baseada na compreensão de que o mundo é muito mais amplo do que a visão de “mundo” ocidental, conforme tem defendido Santos.

O esclarecimento, que está subjacente na noção de educação de Adorno (2007, p.19), é por este definido como sendo o processo através do qual o ser humano vai ser emancipado por meio do conhecimento e da desmistificação, conforme defendiam os clássicos e os iluministas, a capacidade de, por meio da razão, sair das trevas da ignorância para a luz da razão. O esclarecimento em Adorno assume uma dimensão metafísica, possibilitando aos seres humanos tornarem-se senhores, livres de todo e qualquer medo, de toda a tutela.

A menoridade sobre a qual Adorno se debruça, e igualmente Kant (1985, p.100), está ligada à capacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo, exatamente a mesma figura jurídica da menoridade que conhecemos em Teoria Geral do Direito. Consequência desta menoridade é a restrição, por exemplo, no exercício de determinados direitos, sempre dependentes da prévia autorização de terceiro, dado seu “[...] estágio limitado de desenvolvimento mental” ou de entendimento do/a menor [...]”.

Adorno, tal como Kant, assemelha a menoridade ao adulto que, apesar de estar no uso de suas plenas faculdades mentais, sem quaisquer impedimentos jurídicos, não consegue agir em função da realidade que o circunda, necessitando, para tal, de um guia, sem o qual não é capaz de prosseguir.

Ora, para aqueles autores, a educação deve formar sujeitos capazes de agir, de interagir com o mundo que os rodeia, de desenvolverem sua capacidade crítica, de dúvida e de inconformismo. Porém, nem sempre o meio social é responsável por esta menoridade. Para Kant (1985, p.19), o ser humano é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo, sem a direção de outrem.

Para Adorno (Apud WERLANG, 2005, p. 24), é tarefa educacional prevenir o reaparecimento da barbárie e criar um clima sociocultural consciente do seu perigo. A educação tem por objetivo *evitar a repetição*. O autor propõe a educação para emancipação por meio do esclarecimento. Santos, por sua vez, fala em criação de *subjetividades inconformistas* e rebeldes voltadas para a luta pela emancipação social – educação transformadora, uma “batalha” travada em salas de aulas, no bom sentido da palavra.

Trata-se de um projeto educativo emancipatório de conhecimentos conflitantes, com o objetivo de, através dele, produzir imagens radicais e desestabilizadoras do conflito social em que se traduziram no passado, imagens capazes de potencializar a indignação e a rebeldia (SANTOS Apud OLIVEIRA, 2006, p. 118).

A proposta de educação transformadora de Santos (2007, p.120) tem como objetivo último transformar a educação, convertendo-a num processo de aquisição daquilo que se aprende, mas não se ensina - o senso comum. Por isso, o autor propõe a Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências (2007).

A educação como prática da liberdade é uma proposta político-pedagógica que tem por expoente máximo Paulo Freire, cujas obras estavam direcionadas principalmente ao ensino de adultos. Contudo, sua valiosa contribuição se estende a todos os níveis do sistema educativo.

Se o objetivo é criar subjetividades rebeldes, por meio do esclarecimento e uso público da razão, é fundamental compreender o processo através do qual o indivíduo se acomodou, se tornou vítima de um sistema que determinou, de antemão, qual seu papel na sociedade.

Freire propõe a Pedagogia do Oprimido, ou seja, o meio a partir do qual os oprimidos libertar-se-iam do opressor, através da reconfiguração ou reconstrução dos seus modos de pensar, de analisar o mundo circundante e de exercer influência sobre o mesmo. O primeiro grande passo é libertar-se da mentalidade incutida pelo opressor e, ao mesmo tempo, não reproduzir, libertando-se da mentalidade de opressor.

A propósito da formação de mentalidades oprimidas e opressoras, Christian Baudelot e Roger Establet, em sua obra *L'école capitaliste en France* (1971), defendem que o processo de formação educacional apresenta-se como que definindo a conformidade a papéis de submissão e subordinação, no caso dos filhos das classes trabalhadoras, por um lado, e a promoção de atitudes de controle e liderança, nos filhos das classes detentoras dos meios de produção.

Certamente, os agentes formadores de mentalidades, mais a escola e a mídia incluindo a internet, do que a família contribui para a definição de papéis, mas, principalmente, na linha do que apontava Freire, para a criação do conformismo, do destino fatal e incontornável no que se refere àqueles papéis.

Freire reconhece, nos oprimidos, a tarefa humanística e histórica de libertarem-se a si próprios e aos opressores. E como fazer isso? A partir de uma pedagogia do oprimido, a que acrescentaríamos uma pedagogia da autonomia, com a participação de crianças, jovens e adultos, ou seja, todas/os envolvidas/os no processo educativo, não só formal, mas também informal e não formal.

Assim, Freire entende a pedagogia do oprimido como sendo aquela que tem de ser forjada *com ele e não para ele*, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. O autor atribui particular relevância ao resgate do conceito de humanidade no processo de libertação. A rigor, é um processo de reconhecimento do Outro, enquanto humano, que, apesar de suas particularidades, é dotado de razão e sujeito de direitos.

É fundamental que os oprimidos conheçam e se reconheçam na condição de oprimidos, *plantados* em suas memórias os *genes* da mentalidade do opressor, pois, para Freire, enquanto os oprimidos 'hospedarem' o opressor em si mesmos, não serão capazes de forjar a dita pedagogia para a libertação.

Enquanto vivem a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para a descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores

pelos oprimidos, como manifestações da desumanização. (FREIRE, 2005, p.35)

A proposta de Freire (1996, p. 38), coloca em xeque todo o sistema formal educativo engendrado a partir de um conceito que ele denomina de *bancário*, em que ensinar passa a ser um ato de transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos.

Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, um pensar certo que envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer, isto é, uma reflexão crítica sobre a prática, capaz de promover a transição do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática (FREIRE, 1996, p.39).

Aquiescemos com a posição de alguns cientistas, com Freire na vanguarda, que referem ser complexo o processo, por exemplo, de diálogo intercultural, em contextos de total desigualdade, em que o agredido vai procurar negociar com o agressor. Obviamente, as condições, a partida, não são semelhantes, sendo que o agredido sempre se encontra numa posição mais frágil, podendo, quando muito, assumir uma postura de aceitação daquilo que for definido [“consensualmente”] com o agressor.

Contudo, não pactuamos em todo com o entendimento de que tal educação deve ser essencialmente direcionada aos oprimidos. Ela deve, igualmente, acauteladas algumas questões substanciais e metodológicas, ser ministrada aos opressores, sob pena de cair-se num círculo vicioso.

Assim, do mesmo que concordamos com Adorno (1995, p.121), ao afirmar que *a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica*, é fundamental que os intervenientes neste processo de emancipação tenham as mesmas condições no ponto de partida, não no sentido de semelhança, de igualdade em seu sentido mais restrito, mas sim de igualdade em seu aspecto mais amplo, representada na premissa de que somos todos igualmente diferentes.

E um dos maiores problemas que se vive em determinados países, no qual incluo Angola, é o culto da superioridade, do chefe, da relação de subordinação que acompanha todas as relações que a pessoa vai desenvolvendo ao longo da sua vida.

Na família, apenas o pai fala, que é o *chefe de família*. Em seguida, manda a mãe, que tem dever de obediência para com o primeiro, que não tem para com mais ninguém no lar – *em casa manda ela e nela mando eu*. Na escola, a professora é a detentora de conhecimento. Tudo o que ela diz é verdadeiro e não pode ser questionado, sucedendo

casos em que o aluno, querendo saber mais, para além daquilo que o professor ensina, é colocado de castigo; ou a atitude é considerada como afronta.

Na rua, no bairro, com os amigos, os mais velhos definem as regras do jogo. Os mais novos devem obediência total, têm a possibilidade de participar de determinadas atividades, selecionadas a dedo e nos termos definidos pelo *chefe* – *a bola é minha, por isso, só joga quem eu quiser*.

No local de trabalho, não é de modo algum diferente, manda o superior hierárquico que, de acordo com as suas manias, define as regras do jogo – *você é pago para trabalhar e não para questionar*.

Na igreja, igualmente, a relação padres-fiéis ou pastores-fiéis e demais hierarquias reflete essa realidade, do púlpito o *mensageiro do Senhor* define de modo inequívoco, acredita-se, o que é verdadeiro e o que não é, o que passa a ser ou não real, sendo, portanto, insuscetível de dúvidas ou questionamentos – *ai daqueles que duvidarem*.

Finalmente, a simbologia muito presente nas imagens que a mídia passa, vêm no fundo reforçar as demais posturas referidas.

É “normal” que haja patrões e empregados, é “normal” que uns sejam mais ricos do que os outros, ainda que o critério seja *quanto menos trabalha, mais dinheiro ganha*, que os filhos devem obedecer (sem questionar os pais), os adultos, os pastores, bispos, cardeais, papas, padres, líderes políticos e partidários etc. É “normal” que as mulheres sejam *submissas* aos seus esposos, afinal, nem todos podem mandar. Enfim, este emaranhado de relações reforça os estereótipos que muitas pessoas já trazem consigo, criando sentimentos ou de ódio excessivo, fóbico ou de parcimônia e tolerância cristã.

São estas mesmas pessoas que, mais tarde, assumem cargos de direção, são eleitos presidentes, governadores, administradores, os mesmos que vão definir as políticas públicas, nomeadamente, educacionais e de direitos humanos.

Viver em democracia, com o respeito à natureza e aos demais seres humanos, são itens que devem ser estabelecidos em todos os lugares, quer seja na escola, na família ou na comunidade.

Como (re)construir nesse conglomerado de pessoas, igualmente diferentes, a reflexão crítica do real, a meditação para a ação, para a mudança, nos casos em que tal se mostre necessária, tendo como pressupostos referenciais objetivos, contudo contextualizados, sem discriminações ou preconceitos. Para a socióloga Dias (Apud MURARO, 2011), a pessoa só se forma se tiver “[...] contato com outros ‘eus’ diferentes, e o sujeito que não aceita a diferença, é mal formado [...]”.

Portanto, a educação, tal qual a concebemos, é aquela que aposta na formação integral dos sujeitos, a partir da visão crítica da realidade social, jurídica, política e econômica; que busca relacionar-se com os grandes problemas que enfrenta determinada sociedade, pois agora já não é possível texto sem contexto, como dizia Freire (1992, p.30).

Um sistema capaz de problematizar o próprio conhecimento científico, desenvolvendo a capacidade de questionamento crítico, enfim, uma educação para ação, crítico-democrático.

A educação deve ser pensada numa perspectiva de resgate de uma cultura voltada à democracia, a não violência e aos direitos humanos.

As propostas, certamente, virão dos problemas atuais, em função de análises e dos estudos, contudo, não se poderá colocar de parte a necessidade de o sistema educacional dever ser idealizado e concretizado a partir do contributo de todas/os, fazendo com que os sujeitos sejam parte ativa da mudança, influenciando as escolhas e os rumos a serem seguidos pela tão almejada “nação” Angolana.

ABSTRACT

The text broaches the relevance of the notion of education linked to emancipation and to the development of a citizen consciousness. The arrangement of the scholar curriculum, guided by these values, is due to the fact that contemporary societies were constituted from deep social, cultural inequality and segregation. Such verification demands a conscious action from the governments, as well as from the civil society, compromised with overcoming this social debt, in a way to employ strength to serve a effectively citizen school.

Keywords: Education. Emancipation. Citizenship.

REFERÊNCIAS

WERLANG, J. C. **Educação, cultura e emancipação**: estudo em Theodor Adorno. Passo Fundo, RS: [s.n.],2005. (Coleção Diálogos: 06).

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **L'école capitaliste en France**. Paris: Maspéro, 1971.

SANTOS, B. S. **A globalização das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção pensadores & a educação, 8).

MURARO, C. **Será que você é preconceituoso e não sabe?** Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/comportamento/sera+que+voce+e+preconceituoso+e+nao+sabe/n1597058696721.html>>. Acesso em: 5 jul.2010.